

# A República e as Letras



BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

LUÍS REIS TORGAL\*  
(Universidade de Coimbra)

## A REPÚBLICA E A INSTRUÇÃO PÚBLICA O CASO DO ENSINO SUPERIOR<sup>1\*\*</sup>

### RESUMO

A República considerou como prioridade nos seus objectivos a Instrução Pública e mesmo a “educação” para a cidadania republicana. Por isso concedeu uma importância fundamental à instrução primária. Mas é sobretudo o ensino superior que é aqui analisado, pois a reforma efectuada foi significativa, tendo-se criado, inclusivamente, duas novas universidades, a de Lisboa e a do Porto. Trata-se, apesar de tudo, tendo em conta as suas vicissitudes e contradições, da mais importante reforma desde a reforma do Marquês de Pombal.

**PALAVRAS-CHAVE:** República, Instrução Pública, Cidadania, Ensino Superior, Universidades.

127

---

\*Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Coordenador de Investigação do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra / FCT (CEIS20).

\*\* Este texto é uma síntese, escrita com base em vários estudos, alguns deles do autor, dos quais se destaca a biografia de António José de Almeida, *António José de Almeida e a República*, Lisboa : Círculo de Leitores, 2004 (2.<sup>a</sup> edição, Lisboa : Temas e Debates, 2005), com a colaboração de Alexandre Ramires. Parte dele está inserido no catálogo da exposição que se realizará no Palácio Valadares, em Lisboa, com o título “O Ensino durante a I República”, coordenado por Maria Cândida Proença, e serviu ainda de base à comunicação apresentada em Joane, no Colóquio “A 1.<sup>a</sup> República e a Educação”, realizado de 7 a 9 de Maio de 2010. As citações são assim restritas, mas recordem-se os estudos fundamentais sobre os temas aqui tratados (sem esquecer algumas monografias de temas mais precisos) de Joaquim Ferreira Gomes, Rogério Fernandes, António Nóvoa, Áurea Adão, Manuel Augusto Rodrigues, etc.

## THE REPUBLIC AND PUBLIC INSTRUCTION THE CASE OF HIGHER EDUCATION

### ABSTRACT

Public Instruction, and even “education” for republican citizenship, was considered a priority among the goals of the Republic, and for this reason, primary education was accorded a fundamental importance. Nevertheless, the focus here is on higher education, since it underwent an extensive reform that also involved the creation of two new universities, in Lisbon and Oporto. In spite of its vicissitudes and contradictions, it was the most important reform of the university since the reform carried out by the Marquis of Pombal.

**KEYWORDS:** Republic, Public Instruction, Citizenship, Higher Education, Universities.

### “O homem vale, sobretudo, pela educação que possui...”

Este lema surge logo no início do preâmbulo do decreto com força de lei de 29 de Março de 1911, do Governo Provisório dirigido por Teófilo Braga. Tratava-se do diploma que reorganizava os serviços de instrução primária, diploma fundamental mas ao mesmo tempo polémico. Fundamental, porque se considerava que a instrução primária era a trave-mestra da educação do cidadão republicano. Polémico, porque António José de Almeida, encarregado do Ministério do Interior, que tinha então vastas funções em muitas áreas, incluindo a Instrução Pública, entregara o estudo sobre a reforma do ensino primário a João de Barros, nomeado Director-Geral da Instrução Primária, e a João de Deus Ramos, chefe da Repartição Pedagógica, e os subscritores deste projecto<sup>1</sup> não se reviram no decreto governamental, o que provocou o pedido de demissão dos cargos que ocupavam e uma discussão pública entre o ministro e João de Barros que atingiu os limites do insulto. Isso não impediu – diga-se – que Barros não prosseguisse a sua carreira no ensino e não viesse a reatar relações com António José de Almeida, que acompanhou ao Brasil durante a sua viagem presidencial de 1922.

---

<sup>1</sup> *A reforma da Instrução Primaria*, Porto : Typ. Costa Carregal, 1911.

Mas Almeida tinha, na verdade, em grande consideração o ensino primário e os seus mestres. De tal modo que, ainda no tempo da Monarquia, se lhe deve sobre o tema uma das mais importantes intervenções na Câmara de Deputados. Com efeito, depois de, em 23 de Novembro de 1906, ter defendido o ensino nos quartéis como uma das formas de resolver o problema do analfabetismo, proferiu em 6 de Abril de 1907 um significativo discurso não só em defesa do ensino mas sobretudo em defesa dos professores primários, insurgindo-se contra os seus magros vencimentos, que nem sequer eram suficientes para comer<sup>2</sup>.

Este era, aliás, um dos temas favoritos dos republicanos que faziam depender a consciência política do grau de instrução dos cidadãos. Portanto, havia que provar que o Estado monárquico gastava pouco com a instrução do povo e com os professores primários, que ganhavam um ordenado de miséria: “com a República e a liberdade está sempre a instrução e só com a reacção monárquica se dá bem e adapta a ignorância e a degradação intelectual dos povos”.

A este propósito, teceu Almeida, no referido discurso, largas considerações de natureza histórica, revelando, para além do carácter ideológico de ver os problemas, de uma forma mecânica e maniqueia, como acabámos de reparar, um conhecimento da realidade do que se passara sobretudo em França e em Portugal. Assim, vai-se referindo às intervenções, na Assembleia Nacional francesa, de vários liberais, de Mirabeau a Condorcet. Discute a questão da gratuidade e da obrigatoriedade da instrução, que não é ainda aceite por Mirabeau, mas que Talleyrand, “pandilha versátil, mas de uma inteligência tão dúctil como a cera e tão luminosa como um facho”, proclamava já, de harmonia com a Constituição de 1791. Foi, porém, Condorcet – segundo o deputado republicano pelo círculo oriental de Lisboa – quem mais amou a instrução, demonstrando que “sem instrução, a liberdade e a igualdade seriam quimeras”. Seria, contudo, a Convenção a votar os projectos de lei. Primeiro seriam as ideias moderadas de Lanthenas a triunfar, depois as ideias mais avançadas de Lepelletier, Romme e Bouquier. Com a “re-

---

<sup>2</sup> Cfr. “A Instrução Pública e o seu professorado”, in António José de Almeida, *Quarenta anos de vida literária e política*, vol. II, Lisboa : J. Rodrigues e Companhia, 1933, p. 123-160. Quando nos referirmos, em notas seguintes, a esta colectânea dos escritos e discursos de António José de Almeida, citaremos apenas as suas iniciais: QAVLP.

acção” que se seguiria a 9 de Termidor (27 de Julho de 1794), o projecto Bouquier seria substituído por outros projectos mais moderados, mas, no meio da confusão, surgiriam novas teorias pedagógicas, a ideia da grande importância conferida aos direitos do homem, a moral republicana e... o aumento dos ordenados dos professores.

Numa lógica iluminista-republicana, fazia de seguida coincidir os períodos de “reação”, como o Segundo Império, com o obscurantismo, e os momentos luminosos com a fugaz Revolução de 1848 ou com a Terceira República, em que paulatinamente se foi instalando o ensino obrigatório, gratuito e laico. Foram subindo os ordenados dos professores, cresceu o número de escolas, criaram-se as caixas escolares, surgiram cursos de ginástica e de canto, colónias de férias, cursos de adultos, e as conferências ou palestras tornaram-se comuns. E concluía: “Assim fez a França da revolução, que, livre das dinastias, vai caminhando com o seu pé resolutivo a luminosa estrada do seu destino”.

E o mesmo sucedera com a tradicional República Suíça: “O analfabeto na Suíça é um fenómeno tão raro que... não existe. [...] A grande força dessa extraordinária pátria de homens livres está na sua cultura”.

No país monárquico que sempre tinha sido Portugal, a instrução popular inicia-se com o Marquês de Pombal e vai tendo pontos altos quando se afirmam ideias mais liberais, a começar em 1820. As estatísticas sucedem-se no discurso bem organizado de António José de Almeida. Compara o número de escolas: em 1900 havia em Portugal uma escola para 1223 habitantes, mas em 1870 D. António da Costa notava já que, por essa altura, em Espanha havia uma escola por 600 habitantes, na França, Holanda e Inglaterra uma para 500 e 400, nos Estados Unidos uma para 160 e na Prússia uma para 150. Os ordenados dos professores eram uma miséria, especialmente se comparados com os seus colegas estrangeiros. Vai ao ponto de verificar as despesas correntes com o almoço, o jantar e a ceia, e com outras despesas de vestuário e de habitação, para caracterizar a situação triste dos mestres-escola.

Todas estas análises são evidentemente acompanhadas, sempre que possível, com críticas ao franquismo e com elogios à República e aos seus pedagogos, como Bernardino Machado ou Ana de Castro Osório. Mas, é com uma saudação aos professores primários que termina este seu discurso, que é também quase a última peça oratória da sua primeira experiência parlamentar. Recorda o seu “velho professor”,

João Gama Correia da Cunha, que sempre o acompanhou nos momentos críticos e deixa para o fim estas palavras:

[...] a pátria, estando com todos os que trabalham, com maioria de razões se encontra identificada com os professores primários que, devendo já ser hoje um elemento de propaganda para a transformação política, serão depois um formidável elemento de reconstituição nacional.

Em nome do Partido Republicano, do alto desta tribuna, calorosamente os saúdo.<sup>3</sup>

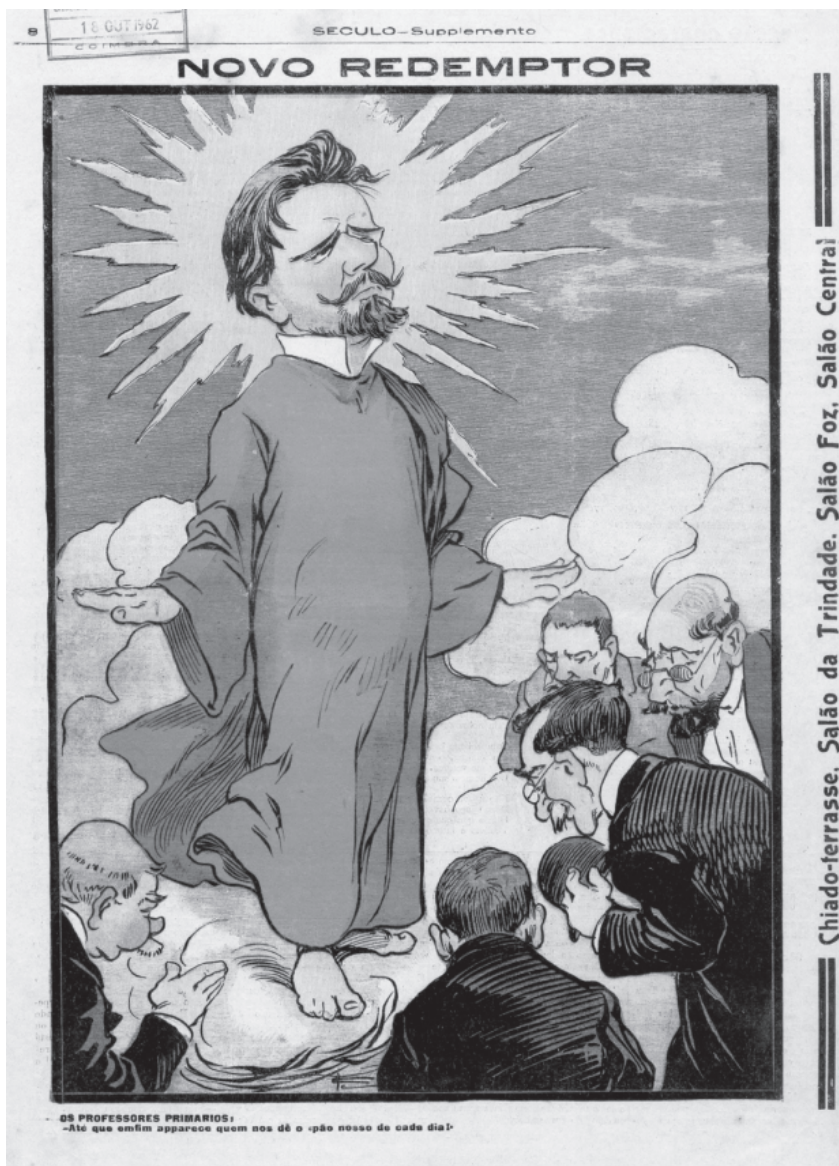
De tal maneira foi importante para a classe dos professores este discurso que a *Gazeta das Escolas* o publicou, para assim o melhor divulgar. E as homenagens dos professores primários a António José de Almeida prolongaram-se até ao fim da sua vida e mesmo depois da sua morte.

Portanto, a ideologia de António José de Almeida, embora ultrapassando por certo o projecto de João de Barros e de João de Deus Ramos em alguns detalhes, foi fiel ao ideário republicano sobre o ensino primário, em que militava, por exemplo, Bernardino Machado, seu camarada de partido desde 1903, que citara na intervenção parlamentar. Mas Machado afirmara-se nesse campo ainda na qualidade de deputado regenerador. Foi eleito em 1890 para a Comissão de Instrução Pública, tendo depois sido nomeado vogal do Conselho de Instrução Pública. A sua acção neste domínio fez com que tivesse presidido, ainda integrado no referido partido monárquico, ao Congresso Pedagógico organizado pelos mestres-escola em 1897. Neste contexto escreveu alguns textos fundamentais não só sobre o ensino primário como sobre outros ramos da educação, de que são exemplo obras como *As Crianças. Notas de um Pai* (1897), *O Ensino* (1898), *O Ensino Primário e Secundário* (1899) ou *O Ensino Profissional* (1900). E esta acção também é afinal demonstrativa de que não eram apenas os republicanos a defenderem a causa do ensino primário, como, aliás, se poderia comprovar se pretendêssemos recuar ao período da Monarquia Constitucional e à análise da ideologia e da acção de alguns dos seus estadistas e pedagogos<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> *Ob. e vol. cit.*, p. 159.

<sup>4</sup> Como síntese, ver o capítulo da nossa autoria “A Instrução Pública”, in Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), *O Liberalismo*, vol. 5 de José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa : Círculo de Leitores, 1993, p. 609 ss.



Transcrição da legenda: “OS PROFESSORES PRIMARIOS: - Até que enfim aparece quem nos dá o «pão nosso de cada dia!»”

Caricatura (a cores no original) de *O Século*, de 13 de Abril de 1911. António José de Almeida, reformador da Instrução Primária, é venerado pelos professores. (Reprodução de Al. Ramires).

No entanto, a República arvorava-se no papel de verdadeira regeneradora da Pátria e da Instrução Pública. Por isso António José de Almeida, na sua revista *Alma Nacional*, publicada durante o ano de 1910, transcrevia logo à cabeça da capa, desenhada por António Augusto Gonçalves, a afirmação de Danton, traduzida para português, proferida em 13 de Agosto de 1793 na Convenção Nacional, “Depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo”<sup>5</sup>, frase que encontrou também na estátua de Paris do revolucionário francês, quando ali esteve em 1903-1904<sup>6</sup>.

No referido decreto de 29 de Março de 1911 – que surgira depois de António José de Almeida, como ministro do Interior, procurar beneficiar os professores em aspectos mais ou menos significativos, como a concessão de uma licença com vencimento às professoras grávidas durante dois meses, no último mês antes do parto e no primeiro após o nascimento da criança (7.1.1911) –, afirmava-se expressamente, numa lógica antijesuítica que era um dos chavões ideológicos do republicanismo:

A República libertou a criança portuguesa subtraindo-a à influência jesuítica, mas precisa agora de a emancipar definitivamente de todos os falsos dogmas, sejam os da moral ou os da ciência, para que o seu espírito floresça na autonomia regrada, que é a força das civilizações.

Fazendo uma distinção entre educação e instrução pública (tema debatido desde Herculano), continuava o decreto:

Mas na escola primária não se ministra apenas educação pelo facto de se facultar a sua base essencial: a instrução. Ministra-se também educação directamente, nas suas consequências e resultados, fornecendo à criança, pela prelecção, pelo conselho e pelo exemplo, as noções morais do carácter.

---

<sup>5</sup> Ver *Alma Nacional*, I Série, n.º 1, Lisboa, 10 de Fevereiro de 1910. A capa repete-se em todos os números, até ao último, aparecido em 29 de Setembro de 1910, nas vésperas da revolução republicana de 5 de Outubro.

<sup>6</sup> “Partido Republicano”, *O Mundo*, 21.11.1903, e *Resistência*, 26.11.1903, transcrito in QAVLP, vol. I, p. 79 ss (cfr. p. 86).



E, sublinhando o sentido “naturalístico” e prático da educação, que ultrapassava o mero sentido da alfabetização, completava o preâmbulo:

A criança, de hoje para o futuro, conhecerá os rudimentos das artes, da agricultura, do comércio, da indústria, familiarizando-se, numa educação essencialmente prática, com a terra e com os utensílios que o homem põe ao serviço da vida.

A criança, enfim, vai ser reintegrada na natureza, não para ficar abandonada às suas forças tempestuosas, mas para as aproveitar no fim supremo de dar a si própria unidade moral e aos seus semelhantes solidariedade afectiva.

E eis porque a República deu tamanha atenção ao problema da instrução primária e com tanto desvelo distingue, e mais se propõe ainda distinguir, o professor de instrução primária, que é um grande obreiro da civilização.

É que se torna indispensável e urgente que todo o português da geração que começa seja um homem, um patriota e um cidadão.

134 Quanto à reforma em si mesma, pouco diremos mais, pois está tudo expresso na lei, que foi já analisada por Rómulo de Carvalho<sup>7</sup>. Apenas referiremos que se tentou então constituir o ensino infantil público<sup>8</sup> – na verdade, só vingou o particular, com os Jardins-escola João de Deus, cujas origens datam do fim do século XIX e cujo primeiro estabelecimento, de Coimbra, foi fundado em 2 de Abril de 1911 – e escalonou-se o ensino primário em elementar, de três anos, considerado obrigatório, ao qual se seguia, como alternativo ao ensino liceal, o complementar, de dois anos, com objectivos já profissionalizantes, não obrigatório mas gratuito, e o superior, de três anos, que tinha como finalidade aperfeiçoar os conhecimentos anteriores e preparar profissionalmente os alunos, sendo também facultativo, mas gratuito. Deve destacar-se ainda que o ensino concedia uma certa importância à preparação paramilitar e normalmente não optava pela co-educação (o que comprova como a ideologia republicana ainda distinguia o homem da

---

<sup>7</sup> Cfr. Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 669 ss.

<sup>8</sup> Ver Joaquim Ferreira Gomes, “A educação infantil durante a Primeira República”, in *A educação infantil em Portugal*, Coimbra : Almedina, 1977, p. 54 ss.



135

Transcrição da legenda:

“A PROFESSORA: - Estou no ultimo periodo de gravidez; teem os meninos dois mezes de ferias.

OS PEQUENOS, com entusiasmo: - Viva o marido da sr.ª professora! Viva!”

*O Século*, 12 de Janeiro de 1911. Caricatura humorística (a cores no original) respeitante à licença de parto que foi concedida às professoras pelo Ministério do Interior (que tinha competências no âmbito da Instrução Pública). (Reprodução de Al. Ramires).

mulher, que, de resto, continuou sem direito a voto), e deve sublinhar-se que se considerava a existência de escolas fixas e de escolas móveis (onde aquelas não se pudessem criar), que se manifestava cuidado pela preparação dos professores em Escolas Normais Primárias, existentes em Lisboa, no Porto e em Coimbra, e que se ligava o ensino primário – tema sempre muito debatido e que acompanhou sempre o pensamento e a polémica liberal e republicana – aos municípios e às juntas de freguesia, nem sempre com resultados positivos.

Entretanto, durante a República, novas leis foram surgindo, considerando-se, porém, este decreto de 1911 como uma espécie de “lei fundadora”. De resto, António José de Almeida, teve consciência da sua importância, de tal modo que o comentou num artigo-editorial do jornal *República*<sup>9</sup>, que havia fundado, em 15 Janeiro de 1911, e que serviu então para justificar as suas medidas governamentais.

Curiosa e sintomaticamente, não houve igual preocupação pelo ensino secundário. Logo no início do novo regime (*Diário do Governo*, 9.2.1911) surgiu uma circular da Direcção da Instrução Secundária, Superior e Especial com a finalidade de orientar os institutos de instrução secundária no sentido de evitar a proliferação do “proletariado intelectual”, de que havia uma “crise de abundância”, em favor das “profissões práticas”. Ou seja, não se considerava prioritário o ensino secundário, que teria como objectivo final a Universidade, preocupando-se o governo sobretudo com a preparação para funções consideradas mais úteis, ministradas no “ensino especial” (curso especial do ensino secundário, ensino técnico e ensino profissional). Foi nesse sentido que, por decreto de 26 de Junho de 1911, foi nomeada uma comissão para organizar um projecto de reforma do ensino liceal, presidida por Adolfo Coelho e constituída por professores do ensino universitário e secundário. Entre estes estava Domitila de Carvalho, médica de formação, que – como veremos – foi a primeira diplomada pela Universidade de Coimbra.

Surgiram depois, durante a República, várias reformas também nesta área, assim como foram aparecendo debates curiosos sobre o pla-

<sup>9</sup> “A reforma de instrução primária”, editorial do Jornal *República*, 30.3.1911, in QAVLP, vol. III, 1934, p. 53 ss.

no geral da Instrução Pública, de que ficou particularmente conhecido aquele que, com data de 21 de Junho de 1923, foi apresentado à Câmara dos Deputados pelo então ministro (durante menos de um ano) e médico pela Universidade de Lisboa João José da Conceição Camoesas, do governo democrático de António Maria da Silva, o qual voltará em 1925 ao ministério de Instrução Pública no governo chefiado por Domingos Leite Pereira, o penúltimo da I República<sup>10</sup>.

Acrescente-se ainda, servindo-nos das análises de Rómulo de Carvalho, com base no *Anuário Estatístico*, que, pese embora a aposta da República no ensino primário, não foi muito grande o avanço do regime no sentido da alfabetização. Sendo a população em 1911 de 5.960.056 habitantes haveria um total de 4.478.078 analfabetos (1.936.131 do sexo masculino e 2.541.947 do sexo feminino), ou seja, 75,1%. Em 1930, de uma população superior, de 6.825.883 habitantes, o analfabetismo desceu para 4.627.988 (1.974.448 do sexo masculino e 2.653.540 do sexo feminino), diminuindo percentualmente de modo muito ligeiro, isto é, para 67,8%<sup>11</sup>.

O objectivo desta breve síntese foi apenas integrar a grande reforma do ensino superior na mais vasta reforma da Instrução Pública. Será, pois, a esta área que serão dedicadas as próximas páginas deste artigo.

## **O republicanismo antes da República e as críticas à Universidade**

As caricaturas portuguesas do fim da Monarquia e do início da República (fins do século XIX - inícios do século XX), uma delas de Rafael Bordalo Pinheiro, na famosa série *Álbum das Glórias*, “Alma Mater. A Mamã dos Bacharéis” (de Novembro de 1882, ano do centenário da morte do Marquês de Pombal), apresentam a Universidade ligada à Tradição e aos seus privilégios corporativos, como se fosse o símbolo do “conservadorismo” (monárquico ou de “antigo regime”, para

---

<sup>10</sup> Ver Estatuto de Educação Pública, de 21 de Junho de 1923, apresentado à Câmara de Deputados, in *Diário do Governo*, II série, 2 de Julho de 1923. Ver a sua análise in Rómulo de Carvalho, *ob. cit.*, p. 698 ss.

<sup>11</sup> Cfr. Rómulo de Carvalho, *ob. cit.*, p. 710-711.

ser mais convincente), mas também como parteira fecunda e inútil de bacharéis. Dizia Ramalho Ortigão, sob o pseudónimo de *João Ribaixo*, autor do texto que acompanha a caricatura de Bordalo:

Depois de bebido todo o leite da sabedoria que a Universidade lhes propina, os bacharéis acabam por via de regra estoirando de fome ou indo à sua própria custa aprender outro ofício menos estéril que o de bacharelar.

A Universidade foi, todavia, evoluindo, assim como a mentalidade, com gerações que marcaram a história da cultura com as críticas ao tradicionalismo universitário, como sucedeu com as gerações académicas dos anos sessenta (a geração de Antero de Quental) e dos anos oitenta/noventa do século XIX (a geração de António José de Almeida ou de Afonso Costa) e como sucederá com a geração do primeiro decénio do século XX, nomeadamente com a da greve académica de 1907, de formação fundamentalmente republicana, se bem que alguns dos seus mentores – que, como era usual, atacaram sobretudo a Faculdade de Direito e o seu “despotismo” – haveriam de seguir por vias políticas distintas, mesmo com adesão ao “fascismo” ou ao Estado Novo.

Entretanto, as mulheres entravam pela primeira vez na Universidade<sup>12</sup>: Domitila de Carvalho, em 1891-92, inscreve-se nas Faculdades de Filosofia e Matemática, vindo a entrar em Medicina em 1899-1900 e a formar-se em 1905. A partir daí subiu, naturalmente, o número de mulheres universitárias, havendo nas vésperas da República, 1909-1910, cinco mulheres matriculadas, contando-se por 23 (incluindo sete que frequentavam o curso de parteiras) aquelas que cursaram a Universidade até ao 5 de Outubro, dia da vitória republicana.

Nesse final do século XIX e inícios do século XX, em Portugal, verificou-se também, por sua vez, uma nova luta dos professores “cientistas”. Defenderam os seus intérpretes uma lógica de Universidade humboldtiana, apontando para a investigação, mas não perdendo o sentido de uma instituição que teria de ser dinamizada pelo poder central, ainda que com autonomia no campo que lhe era próprio. Mas, noutra variante, também se optou por uma lógica autonomista de tipo “neo-

---

<sup>12</sup> Veja-se sobre este tema o livro de Joaquim Ferreira Gomes, *A mulher na Universidade de Coimbra*, Coimbra : Almedina, 1987.

corporativo”, com um grande dinamismo científico, numa concepção de modelo anglo-saxónico ou germânico, sem, no entanto, esquecer a Universidade reestruturada francesa. Por outro lado, defendeu-se uma Universidade laica, afastada definitivamente da dogmática e dos rituais católicos e eclesiásticos.

Estas teses foram afirmadas num dos actos mais tradicionais dos rituais académicos de Coimbra, as orações de Sapiência, ou, mais correctamente, “acerca da Sapiência”, em latim *de Sapientia*, por professores que nem eram propriamente militantes republicanos “históricos” (que os houvera também, como o lendário lente de Matemática José Falcão, autor da *Cartilha do Povo*, 1884): Bernardino Machado, da Faculdade de Filosofia (Antropologia Física), que pertencera ao Partido Regenerador monárquico e fora deputado, par do Reino e ministro do governo regenerador de Hintze Ribeiro, só se tornando republicano no final da Monarquia Constitucional, depois de ter defendido, conforme vimos, em algumas obras de referência, ideias avançadas do ponto de vista pedagógico; Sobral Cid, médico (um dos iniciadores da Psiquiatria em Portugal), que pertencera também ao Partido Regenerador, de que fora deputado, e que só igualmente no fim no Monarquia haveria de dissentir da maioria monárquica dos professores de Coimbra, vindo depois a ser, durante a República, ministro da Instrução Pública do governo de Bernardino Machado; o matemático e militar Sidónio Pais, também chegado tardiamente ao republicanismo, que haveria em 1917-1918 de representar na República a sua via presidencialista (“República Nova”), com uma Ditadura odiada por todas as correntes partidárias da “República Velha”; Eusébio Tamagnini, professor de Filosofia (Antropologia), que não teve propriamente (que se saiba) nenhuma opção partidária, até que, certamente pela força das ideologias antropológicas eugenistas e “racistas”, se veio a tornar defensor de teses de direita, aderindo ao nacional-sindicalismo e chegando a ser ministro da Instrução Pública de Salazar.<sup>13</sup>

Bernardino Machado (na oração inaugural do ano lectivo de 1904-1905) fez uma crítica geral à Universidade e à falta de apoio que

---

<sup>13</sup> Todas estas orações encontram-se no Anuário da Universidade, correspondentes aos anos citados, mas também em colectâneas que recentemente foram publicadas relativas às Faculdades de Ciências e de Medicina.

lhe era concedido pelo Estado, entendendo-a como uma escola de cidadania e, numa lógica geométrica, relacionava os sistemas liberais com um ensino de qualidade e formador de cidadãos e um “governo despótico” com um “ensino despótico”. Sidónio Pais (em 16 de Outubro de 1908) fez a defesa mais incisiva da Universidade laica, lutando contra o “clericalismo”, que caracterizava a tradição e os ritos ainda existentes. Mas, Sobral Cid, ao invés, procurava, na sua oração de 1907, encontrar nos sistemas inglês e americano, que mantinham uma universidade ligada à tradição mas ciosa de uma cultura intelectual e física de modernidade, um dos seus paradigmas. O outro era o sistema de W. Humboldt para a Universidade de Berlim, do início do século XIX, profundamente ligado, como se disse, à ciência e que apelava, simultaneamente, para a autonomia universitária e também para a responsabilidade do Estado. Assim, no seu pensamento, apareciam a Tradição e a Modernidade juntas, sintetizadas nesta frase, a qual (segundo ele) caracterizava as instituições universitárias alemãs:

Não existem no mundo mais formosos monumentos para celebrar a aliança da tradição com os mais altos ideais da civilização moderna.

140

Quanto a Eusébio Tamagnini, também ele falou sobre a Universidade numa oração de sapiência proferida na Universidade de Coimbra em Outubro de 1909, um ano antes da proclamação de República. Aí censurou o estado da Universidade portuguesa, destacando, todavia, que idênticas críticas eram feitas em França e nos Estados Unidos relativamente às suas próprias universidades. Falou, porém, como os demais, da falta de apoios à Universidade, não só do Estado como das Câmaras Municipais e dos particulares, tomando igualmente uma posição idêntica a outros intelectuais e professores, que é transversal a todas as épocas. A falta de interesse do país pela ciência e pela educação poderia resumir-se (como dizia) na seguinte conclusão:

[...] o que qualquer pai de família zeloso e fiel cumpridor dos seus deveres exige para os seus filhos é um curso, o diploma final. O resto pouco importa. Ter um filho formado é a aspiração suprema de todo o bom português.

Mas, as críticas de Eusébio Tamagnini não podem ser isoladas das posições que veio a tomar, conforme atrás referimos, no tempo sa-

lazarista, inclusivamente noutra oração de sapiência de 1934, em que chegou a elogiar a política populacional de Hitler.

Se, porém, a Universidade de Coimbra era a única existente até à República, depois da extinção da Universidade de Évora em 1759, o ensino superior ou “médio-superior” abrangia também outros estabelecimentos. Entre eles podem citar-se: a Escola do Exército e a Escola Naval; as Escolas Médico-Cirúrgicas do Porto e de Lisboa, onde se revelaram médicos de grande significado, alguns de tendência republicana, como Júlio de Matos, no Porto, e depois em Lisboa, e Miguel Bombarda em Lisboa; a Escola Politécnica de Lisboa e a Academia Politécnica do Porto (onde se formou e foi professor José Joaquim Rodrigues de Freitas, o primeiro deputado republicano ao parlamento monárquico, eleito pelo Partido Reformista); e o Curso Superior de Letras, onde foi professor, entre outros, Teófilo Braga, um dos patriarcas do republicanismo e primeiro presidente do Governo Provisório, assim como, por inerência, Presidente da República.

### **A República e a grande reforma do Ensino Superior**

A Primeira República Portuguesa (5 de Outubro de 1910), praticamente a terceira existente na Europa – depois da tradicional Confederação Helvética e da República Francesa –, trouxe algumas convulsões e reformas significativas na política universitária. Houve tumultos em Coimbra contra os símbolos da Monarquia e da “universidade tradicional”. Mas o Governo Provisório procurou de imediato a sua pacificação, nomeando para reitor o republicano Manuel de Arriaga, que tomou posse em 19 de Outubro de 1910 com a presença do referido ministro do Interior, António José de Almeida (formado em Medicina na Universidade de Coimbra, onde se tornou um símbolo da luta republicana e um crítico do tradicionalismo universitário, luta que continuou como deputado do Partido Republicano em 1906-1907). Em seguida António José levou a efeito uma série de medidas consideradas urgentes, através de decretos com força de lei: a abolição dos juramentos dos professores, do reitor e demais funcionários e dos alunos, a anulação das matrículas na Faculdade de Teologia, a frequência livre das aulas, a adopção do uso facultativo da capa e batina e a anulação do que resta-



va do chamado “foro escolar”, considerado no Regulamento da Polícia Académica de 25 de Novembro de 1839 (23.10.1910); a nomeação de uma comissão para estudar e propor ao governo um novo plano geral da reforma dos estudos (2.11.1910); a supressão do exame de licenciatura e de conclusões magnas, a definição das provas para a obtenção do grau de doutor, a obrigatoriedade da aposentação de todos os professores aos 70 anos e a extinção do culto religioso na capela da Universidade de Coimbra e sua conversão num museu (21.1.1911); a reforma dos estudos médicos (22.2.1911); a fundação das Universidades de Lisboa e do Porto e a criação de um fundo de bolsas nessas escolas e na de Coimbra para subsidiar os estudantes pobres (22.3.1911); a reforma dos estudos jurídicos (18.4.1911)...

Mas a reforma estrutural do ensino superior verifica-se em 19 de Abril de 1911 (pouco menos de um mês depois da reforma do ensino primário), com a lei de bases da nova constituição universitária. Por esta lei a Universidade de Coimbra passaria a ter uma Faculdade de Ciências (que resultava da fusão das Faculdades de Matemática e de Filosofia), uma Faculdade de Letras (com implícito desaparecimento da Faculdade de Teologia, cujos professores se transferiram para a nova escola), uma Faculdade de Direito e uma Faculdade de Medicina (já existentes), uma Escola de Farmácia e uma Escola Normal Superior, anexas, respectivamente, às Faculdades de Medicina e de Ciências e de Letras. Por sua vez, a Universidade de Lisboa deveria ter uma Faculdade de Letras (derivada, na prática, do Curso Superior de Letras) e de Ciências (herdeira da tradição da Escola Politécnica), uma Faculdade de Ciências Económicas e Políticas, uma Faculdade de Medicina (na sequência da Escola Médico-Cirúrgica) e outra de Agronomia, e uma Escola de Farmácia e uma Escola Normal Superior anexas, como em Coimbra, respectivamente, às Faculdades de Medicina e de Ciências e de Letras. Finalmente, a nova Universidade do Porto teria uma Faculdade de Ciências, uma Faculdade de Medicina (também herdeira da Escola Médico-Cirúrgica) e uma anexa Escola de Farmácia e uma Faculdade de Comércio, prometendo-se que se completaria com a criação posterior de Faculdades de Ciências Aplicadas ou Escolas Técnicas (na tradição da Academia Politécnica). Também o mesmo decreto com força de lei de 19 de Abril dava grande importância à autonomia universitária, considerando especialmente que o reitor de cada universidade seria no-

meado pelo governo de uma lista tríplice sufragada em cada uma das escolas.

O certo, todavia, é que esta lei não teve aplicação completa, ficando por realizar certos desideratos e criando-se outras estruturas não consideradas ali. É exemplo o facto de em determinados momentos as universidades não manterem a sua autonomia, que constituía uma das bandeiras da política republicana, sendo os reitores nomeados entre personalidades de inteira confiança dos respectivos governos (assim passou a suceder depois de 1919). Por outro lado, a Faculdade de Direito acabou por ser criada em Lisboa, vindo a transferir-se para ela professores de Coimbra, em busca de um novo estatuto político que a capital lhes daria ou poderia vir a dar. Foi o caso de Afonso Costa, seu director em 1913, ano da criação. E a Faculdade de Direito de Lisboa pretendeu tornar-se uma escola de cariz republicano, embora para ela se viessem a deslocar também alguns mestres que passariam, mais tarde, a participar activamente na política salazarista ou a entrar nos seus aparelhos de cultura e de poder. São os casos de José Caeiro da Mata, transferido em 1919, de António Carneiro Pacheco, em 1921, e de Manuel Rodrigues Júnior, já em 1928.

Voltando à magna reforma levada a efeito por António José de Almeida, nem sempre concretizada em todos os pontos, data de 9 de Maio de 1911 o decreto de organização do plano de estudos das Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa, seguindo-se, pouco depois, o plano de estudos das Faculdades de Ciências (12.5.1911) e o decreto da criação das Escolas Normais superiores de Coimbra e de Lisboa (21.5.1911). De 26 de Maio é datado o decreto com força de lei que cria Escolas de Educação Física junto às Universidades de Lisboa e de Coimbra (o que neste caso nunca veio a suceder) e surge no mesmo dia o decreto da reforma dos estudos farmacêuticos. São criadas também, nessa altura, as Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto. Em 5 de Junho são nomeadas duas comissões para estudarem as condições de instalação das novas Universidades de Lisboa e do Porto...

Entretanto, no âmbito do ministério do Fomento, de que era titular o médico Brito Camacho, é formado o Instituto Superior Técnico de Lisboa (1911). Proveio do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, que, por decreto de 23 de Maio, deu origem a duas escolas autónomas: o IST e o Instituto Superior de Comércio. Também outras escolas de natu-



144

Transcrição da legenda:

“- O réu tem a alegar alguma coisa em sua defeza?

- Tenho, sim senhor. O meu comportamento anterior... a 5 de outubro!”

*O Século*, 8 de Junho de 1912. Caricatura (a cores no original) em que o Zé Povinho acusa a Universidade dos seus defeitos anteriores à implantação da República. (Reprodução de Al. Ramires).



145

Transcrição da legenda:

“- Meus senhores! a Republica é tolerante: supprimiu os conselheiros, mas multiplicou os bacharéis. Fica uma coisa pela outra...”

*O Século*, 20 de Julho de 1911. António José de Almeida suprimiu o privilégio de os lentes (com oito anos de exercício) serem “condecorados com a carta do título do conselho” (carta régia de 4.10.1824). A caricatura (a cores no original), embora sublinhando esse aspecto, não deixa de ironizar com o facto de se ter aumentado o número de bacharéis, com a criação da Universidade de Lisboa (assim como sucedeu com a criação da Universidade do Porto). (Reprodução de Al. Ramires).

reza técnica se iam reformando, como a Escola de Medicina Veterinária e o Instituto de Agronomia. Com nomes diferentes não-de vir a fazer parte da Universidade Técnica de Lisboa, fundada em 1930, que constitui a quarta universidade portuguesa. A Escola de Engenharia do Porto (depois Faculdade Técnica ficou anexa à Faculdade de Ciências, só passando a faculdade autónoma (Faculdade de Engenharia) em 1930.

Pode, pois, dizer-se que se tratou da mais importante reforma do ensino superior realizada depois do Marquês de Pombal. De resto, finalmente, em 7 de Julho de 1913, após duas experiências falhadas nos anos setenta e noventa do século XIX, é instituído o ministério de Instrução Pública. No plano republicano ficou clara a intenção de que a Universidade de Coimbra ficasse confinada ao seu estatuto de “universidade clássica”, que Lisboa, como capital, comportasse todas as áreas, e que o Porto se especializasse sobretudo na área técnica, adequada à realidade económico-social que sempre caracterizou a cidade.

Todavia, Leonardo Coimbra<sup>14</sup>, ministro da Instrução Pública no breve governo do democrático Domingos Leite Pereira, em 10 de Maio 1919 procurou ainda criar uma Faculdade de Letras no Porto, de sentido pretensamente mais moderno e prático, ao mesmo tempo que procurava extinguir a mesma faculdade na Universidade de Coimbra, que desejava adequar a uma linha menos “clássica”, criando ali, inclusivamente, uma Faculdade Técnica, que teria anexa uma Escola de Belas Artes. A Faculdade de Letras do Porto subsistiu cerca de dez anos, mas a de Coimbra, que se alegava ser “escolástica” e herdeira da Faculdade de Teologia, não foi extinta, devido ao protesto da Universidade e à acção decisiva de um professor republicano, Joaquim de Carvalho<sup>15</sup>.

Nos anos vinte (18 de Janeiro de 1921, no governo do chefe do Estado Maior da Guarda Nacional Republicana, Liberato Pinto, estando na pasta da Instrução Pública o naturalista Augusto Pereira Nobre), as

<sup>14</sup> Sobre Leonardo Coimbra, ver Manuel Ferreira Patrício, *A pedagogia de Leonardo Coimbra. Teoria e prática*, Porto, Porto Editora, 1992.

<sup>15</sup> *A minha resposta ao último considerando do decreto que desanexou a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Coimbra : Tipografia França Amado, 1919. Pode ler-se a sua transcrição na *Obra Completa* de Joaquim de Carvalho, editada pela Fundação Calouste Gulbenkian: vol. VII: *Escritos sobre a Universidade de Coimbra (1919-1942)*, Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 1-11.

Escolas de Farmácia, incluindo a de Coimbra, foram ainda promovidas a Faculdades. Mas a de Coimbra foi episodicamente extinta em 1928, tornando-se no início do governo de Salazar, altura em que os estudos farmacêuticos foram remodelados, de novo uma escola anexa à Faculdade de Medicina<sup>16</sup>. Por sua vez, tal como sucedeu em Lisboa, a 27 de Julho de 1922, foi criado em Coimbra, na Faculdade de Ciências, o curso de Engenharia Geográfica. Era ministro outra vez Augusto Pereira Nobre, irmão do poeta António Nobre, mas já no governo do democrático António Maria da Silva. Subjacente a esta iniciativa estava a importância conferida então às colónias, num tempo marcado pelo revivalismo e no contexto da comemoração da independência do Brasil e da viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral. António José de Almeida era ainda Presidente da República, o primeiro chefe de Estado português a realizar uma viagem oficial ao país irmão. Foi, por assim dizer, o único curso técnico criado em Coimbra, dado que os cursos de Engenharia só foram introduzidos na década de setenta do século XX, no âmbito da faculdade que se passou a chamar, e até hoje, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Havia-se gorado a proposta do deputado António Alberto Torres Garcia (formado em Filosofia por Coimbra, assistente da Faculdade de Ciências e professor do Liceu José Falcão), apresentada em 27 de Setembro de 1923, de instituir na Universidade de Coimbra um Curso Superior de Agricultura que tivesse como base o Instituto Botânico.

147

Surgirão, entretanto, as “universidades livres” (ou populares), de que já falavam há muito os republicanos (como Bernardino Machado, na sua oração de Sapiência), que constituem o verdadeiro modelo de uma concepção de cultura democrática, socializada, aberta a todos os cidadãos. Tratou-se, porém, de um projecto generoso mas de pequena repercussão, praticamente limitado aos meios urbanos<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Ver João Rui Pita, A. Pinho Brojo e Maria de Lourdes Rebelo (org.), *Farmácia, Ciência e Universidade. A fundação da Faculdade de Farmácia de Coimbra em 1921*, Coimbra : Minerva, 2000.

<sup>17</sup> Veja-se sobre uma experiência desse tipo o livro de Rogério Fernandes, *Uma Experiência de Formação de Adultos na 1ª República. A Universidade Livre para Educação Popular*, Lisboa : Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

## O Ensino Superior, as contingências e as convulsões da República

A República caracterizou-se, pois, por medidas que se podem considerar modernas no âmbito do Ensino Superior. Mas, como se disse, nem sempre a propagação da autonomia das escolas – considerada com insistência no plano legal, quer na presidência de Bernardino Machado (decreto de 16 de Junho de 1916), quer na presidência de Sidónio Pais (decreto de 6 de Julho de 1918, rectificado em 15 de Julho) – foi cumprida. Para além dos projectos legais, deve entender-se que o ensino, os movimentos académicos e a vida universitária foram, obviamente, decorrendo em função das próprias vicissitudes da República, da acção e contra-acção de partidos e movimentos ideológicos.

Rómulo de Carvalho que, com base nas estatísticas oficiais, analisou o número de alunos em 1910 e em 1926 no ensino superior, pôde verificar um acréscimo considerável: de 3227 (considerando os 1262 alunos da Universidade de Coimbra e os alunos das escolas e institutos superiores de Lisboa e do Porto) para 4117<sup>18</sup>. Além disso, notou um número significativo de estudantes dos cursos de Ciências e de Medicina (2417) em confronto com os alunos de Direito (936)<sup>19</sup>. Apesar de se aceitar que houve, realmente, um aumento de alunos da área “científica” (o mesmo se passou depois da Revolução de 1820, numa lógica de “conflito de faculdades”, para utilizar uma frase de sabor kantiano, actualizada pelas investigações de Pierre Bourdieu<sup>20</sup>), o certo é que tal não impediu que a sociedade portuguesa mantivesse a sua característica fundamentalmente “juridista”, ou seja, que os juristas continuassem a ter um papel particularmente importante como elites políticas. Por outro lado, independentemente da existência de nichos de investigação científica (que os houve, nomeadamente no campo da Medicina), o certo é que a pesquisa científica (ao nível das ciências exactas e naturais, mas talvez nem tanto nas ciências sociais e humanidades) saldou-se, com certeza, em níveis pouco elevados e, curiosamente, só se verificou uma política organizada de investigação científica com a criação em 1929 da Junta de Educação Nacional, que alargou a sua esfera de acção,

<sup>18</sup> Rómulo de Carvalho, *ob. cit.*, p. 715-716.

<sup>19</sup> *Idem, ibidem*, p. 715.

<sup>20</sup> E. Kant, *Der Streit der Fakultäten*, 1798, e Pierre Bourdieu, *Homo Academicus*, Paris : Éditions de Minuit, 1984.

em 1931, à área das artes. Foi esse organismo, como se sabe, o antepassado do Instituto para a Alta Cultura, depois Instituto de Alta Cultura.

É certo também que as mulheres foram subindo de número durante a República (frequentaram então a Universidade de Coimbra, de 1910 a 1926, ano da revolução dita “nacional”, 280 mulheres, segundo o cômputo de Joaquim Ferreira Gomes<sup>21</sup>), como subirão durante o Estado Novo. Contudo, se o aumento das mulheres na Universidade significa sociologicamente um factor de evolução da mentalidade, também é certo que representou na prática o aumento de um sector que, de uma maneira geral e durante largo tempo, correspondeu a uma afirmação de conservadorismo. A confirmar o que se disse, basta olhar para o papel das mulheres no Salazarismo, como Domitila de Carvalho, que foi uma das deputadas da União Nacional ao órgão legislativo do Estado Novo. E será ainda na Primeira República – em que o número de professores de facto aumentou – que surgirá a primeira mulher professora universitária, a alemã por nascimento e portuguesa por casamento e sensibilidade, Carolina de Michaëlis de Vasconcelos<sup>22</sup>.

Por outro lado, deve salientar-se que regressaram à Universidade os seus usos tradicionais, com o retorno ou a reinvenção dos rituais, à medida que os professores e os estudantes católicos e integralistas iam reforçando as suas posições políticas. A uma geração “revolucionária” seguia-se, de algum modo e até certo ponto, uma geração “reaccionária”, tradicionalista, conservadora ou “revolucionária de direita”, defendendo ambas, como sucederá com as seguintes gerações, a sua identificação como “novas”, como “vanguardas”, mesmo como “modernas”. Veja-se neste sentido a acção do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), fundado em Coimbra em 1901, que se tornará uma das forças de pressão contra o carácter laicista do republicanismo<sup>23</sup>, caracterizado, na verdade, não tanto por uma separação do Estado das Igrejas, mas por uma situação de subordinação da Igreja Católica ao

<sup>21</sup> Cfr. J. Ferreira Gomes, *ob. cit.*, *A mulher na Universidade de Coimbra*, p. 76.

<sup>22</sup> Ver Maria Manuela Gouveia Delille, *Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925). Uma alemã, mulher e erudita, em Portugal*, separata da revista *Biblos*, Coimbra : Faculdade de Letras, LXI (1985).

<sup>23</sup> Ver João Paulo Avelãs Nunes, Jorge Seabra e António Rafael Amaro, *O C.A.D.C. de Coimbra, a Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo. 1905-1934*, Coimbra, 1993. Seguiu-se uma outra edição pelas Edições Colibri, de Lisboa.



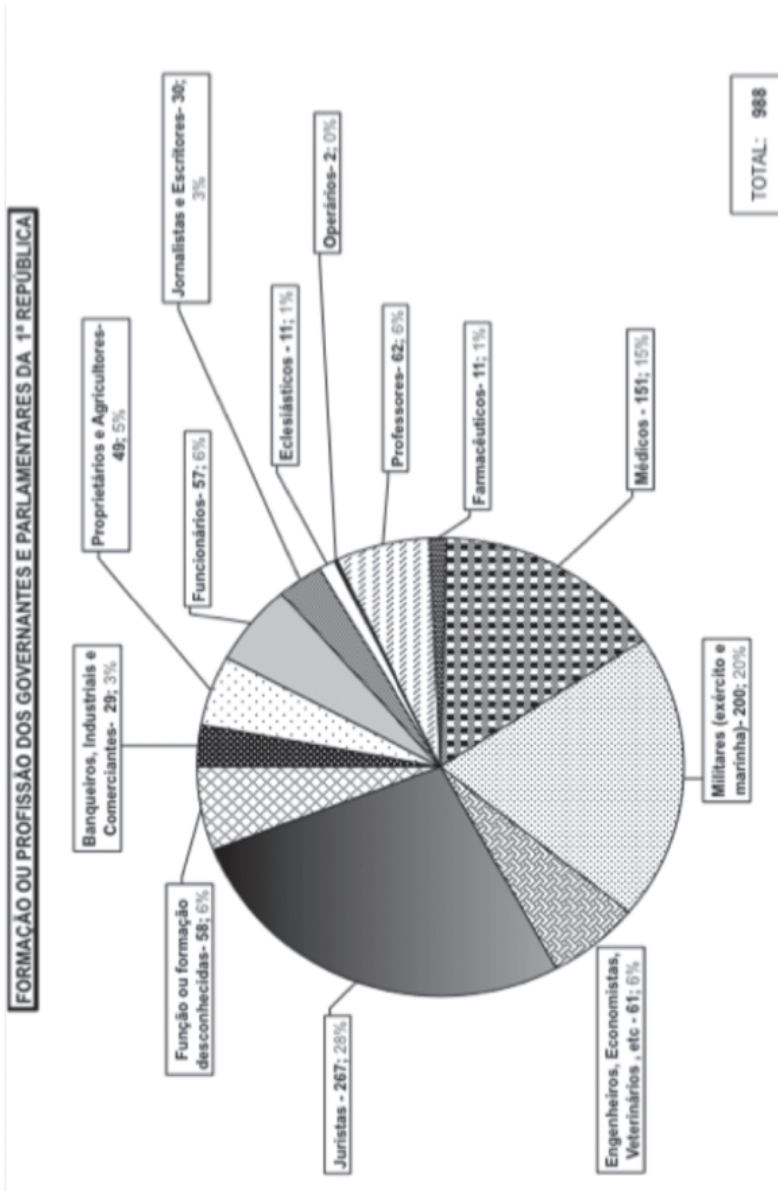


Gráfico feito fundamentalmente a partir dos dados constantes em A. H. Oliveira Marques (dir.), *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa : Assembleia da República – Edições Afrontamento, 2000.

Estado, conforme se pode facilmente verificar pela lei de Afonso Costa de 20 de Abril de 1911. Pela acção do CADC e do Centro Católico Português (CCP), fundado em Braga em 1917, verificou-se uma acção contra o “republicanismo de 1910-1911”, sendo o Padre Manuel Gonçalves Cerejeira, Diogo Pacheco de Amorim e Salazar, professores da Universidade de Coimbra, os seus principais mentores. Oliveira Salazar chegará a ser eleito deputado por Guimarães em 1921 e também ele e Fezas Vital, Carneiro Pacheco e Magalhães Colaço serão arguidos de um processo por terem participado presumivelmente no movimento da chamada “Monarquia do Norte”. De seguida será nomeado, em 18 de Março de 1919, como reitor interino da Universidade de Coimbra, Joaquim Coelho de Carvalho. Governava José Relvas, sendo ministro da Instrução Pública o democrático Domingos Leite Pereira, que ocupará a presidência do governo em 30 de Março, sucedendo-lhe no referido ministério Leonardo Coimbra. Será esse reitor a tentar pôr em prática a extinção da Faculdade de Letras sem o conseguir. Praticamente teve a oposição total da Universidade, pelo que se demitiu das suas funções, em 26 de Junho de 1919.

Na transição da República para o Estado Novo, após a “Revolução Nacional” de 28 de Maio de 1926, vão destacar-se dois paradigmas, de sentido oposto ou substancialmente diferente:

Por um lado, como seria óbvio, embora depois de uma efémera reafirmação de autonomia, surgirá uma universidade ligada ao Estado<sup>24</sup>. A partir dos anos trinta, trata-se de um Estado Corporativo, autoritário, de ideologia única, que não deixava de salientar o seu carácter tecnológico, adaptado pragmaticamente às realidades do desenvolvimento, que foi sempre um dos pontos característicos da dinâmica fascista. Aliás, depois da Universidade de Coimbra, várias vezes centenária, e das universidades de Lisboa e Porto, criadas no início da República, Portugal vai conhecer (como se disse), em 1930, ano fundamental de arranque do processo do Estado Novo, a quarta universidade, a Universidade Técnica de Lisboa.

Por outro lado, nesse ano de 1930, foi publicada a famosa conferência proferida a convite da *Federación Universitaria Escolar de Madrid*, de Ortega y Gasset, *Misión de la Universidad*<sup>25</sup>, que, com a sua

<sup>24</sup> Ver o nosso livro *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra : Minerva, 1999.

<sup>25</sup> Ver *Misión de la Universidad*, Madrid : Revista de Occidente, 1930. Houve uma versão portuguesa de Sant’Ana Dionísio, *Missão da Universidade*, Lisboa : Seara

ideia de “Universidade cultural”, vai influenciar e dar corpo a uma linha de defesa da modernidade crítica para que apontavam alguns intelectuais desiludidos com o demoliberalismo político da Primeira República, mas que se opunham também, e fundamentalmente, ao nacionalismo autoritário. É o caso do movimento da Renovação Democrática, por assim dizer o último “partido republicano” surgido na transição da Ditadura Militar para o Estado Novo, em 1932, que na sequência do movimento da “Seara Nova” vai discutir a Universidade e a sua “inércia”, ao lado de alguns poucos professores de formação republicana ou de uma formação de esquerda não partidária<sup>26</sup>.

Serão eles, na Universidade, as primeiras vítimas do Estado Novo. Assim sucederá com Sílvio Lima, da área da Filosofia, da Pedagogia e da Psicologia, e com o botânico Aurélio Quintanilha, da Universidade de Coimbra, com o historiador da literatura Manuel Rodrigues Lapa, da Universidade de Lisboa, e com o médico Abel Salazar, da Universidade do Porto, demitidos em 1935. Entretanto, em 1934, era extinta a Imprensa da Universidade de Coimbra, administrada pelo filósofo e historiador das ideias Joaquim de Carvalho, que se manterá discretamente, mas de forma sempre clara, como um republicano liberal, de oposição ao regime salazarista. E a Associação Académica de Coimbra, fundada em 1887, deixará, em 1936, de poder livremente escolher a sua direcção durante largo tempo.

Encerrava-se, assim, o ciclo da Primeira República, que o Estado Novo criticará ferozmente, embora, com habilidade, tivesse mantido constitucionalmente a “República” como regime (“República Corporativa”), respeitando mesmo os seus feriados, como o 5 de Outubro e mesmo, durante quase dois decénios, o 31 de Janeiro. É preciso não esquecer que muitos republicanos de 1910 constituíram o corpo dos “republicanos” de 1930, alguns aceitando mesmo a proximidade

Nova, 1946. A obra foi recentemente publicada em Coimbra, no âmbito da iniciativa “Coimbra, Capital Nacional da Cultura”: *Missão da Universidade e outros textos*. Coimbra : Angelus Novus, 2003, com uma Introdução de Iñaki Gabaráin.

<sup>26</sup> Ver *Lobo Vilela e a polémica sobre a Universidade e o Ensino nos incícios do Estado Novo*. Selecção, fixação de textos e notas de António Costa Lobo Vilela. Estudo introdutório de Luís Reis Torgal. Prefácio de Eduardo Marçal Grilo. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Educação e Bolsas, 2009.

do novo regime a uma concepção de fascismo “original” — o que se pode chamar um “fascismo à portuguesa”.

### **A concluir**

Poderá, depois desta breve síntese, com os dados referidos e outros que resultam da nossa experiência de pesquisa e de observação, tirar-se algumas conclusões, ainda que sempre passíveis de revisão, em função de novos aprofundamentos:

1. Parece indiscutível que a República procurou levar a efeito uma profunda reforma da Instrução Pública, que, todavia, tem atrás de si instituições, medidas e reflexões realizadas durante a Monarquia Constitucional, que não podem ser esquecidas.
2. Nesse contexto, concedeu um particular significado às reformas da Instrução Primária, valorizando, na verdade, o papel não só da “instrução”, mas também da “educação”, como meio de formação da cidadania, que, se passava por valores republicanos e patrióticos, era também virado para o desenvolvimento profissional, nas áreas da agricultura, do comércio, da indústria, ou mesmo nas áreas militar (para o caso das crianças do sexo masculino) e doméstica (no caso particular do sexo feminino). Daí a importância concedida aos mestres-escola e a tentativa da sua valorização, mesmo do ponto de vista salarial e dos direitos das mulheres professoras, e a tentativa de tornar, mais uma vez, o ensino obrigatório e gratuito, e descentralizado, em ligação com os municípios. Mas os resultados não foram os melhores, como se pode verificar pela pouco significativo aumento do processo de alfabetização, como provavelmente sucederá quanto ao aumento do número das escolas e à melhoria das suas condições. De resto, o pouco tempo que os governos duraram não permitiu que fosse efectivada uma política consequente e continuada, em matéria de instrução como noutros sectores.
3. Houve inicialmente uma consciência clara de que haveria um excesso de bacharéis formados, sobretudo nas áreas jurídicas. De qualquer forma, apesar de alguns sintomas de mudança e de se pretender dar



### DEPOIS DO CONGRESSO PEDAGOGICO



— Meninos: o catecismo foi abolido definitivamente. O verdadeiro Cristo é aquele que ali está!  
— Então já não rezamos o Padre Nosso, sr. professor?  
— Por enquanto, não. Pelo menos “o pão nosso de cada dia” está em vê-lo-emos!

Transcrição da legenda:

“-Meninos: o catecismo foi abolido definitivamente. O verdadeiro Cristo é aquele que ali está!

-Então já não rezamos o Padre Nosso, sr. Professor?

-Por enquanto, não. Pelo menos “o pão nosso de cada dia” está em vê-lo-emos!”

*O Século Cómico*, 16 de Abril de 1914. A caricatura (a cores no original) ironiza o facto de se ter retirado o crucifixo das escolas e a importância dada a Bernardino Machado, que sempre teve uma intervenção significativa nos Congressos Pedagógicos, mesmo antes da implantação da República. Mas ironiza também com o facto de nessa altura ainda não haver uma situação económica desafiada, através da insinuação de que faltavam os bens essenciais, como “o pão nosso de cada dia”. (Reprodução de Al. Ramires).

maior significado ao ensino técnico e profissional e às faculdades “científicas” e mesmo humanísticas (foram então criadas as Faculdades de Letras), nem sempre se cumpriu esse desiderato e o papel dos juristas continuou a ser significativo na vida política portuguesa, ainda que os médicos e os militares tivessem igualmente um amplo significado.

4. Verificaram-se medidas importantes no sentido da laicização da escola (*lato sensu*), com a perda dos símbolos religiosos, o que acompanhou um largo processo de laicização da sociedade e do Estado. O desaparecimento dos crucifixos nas escolas, bem como das orações rezadas no início das aulas, a extinção da Faculdade de Teologia na Universidade de Coimbra, bem como dos juramentos religiosos, são sintomáticos desta alteração. Todavia, verifica-se com o avanço da República uma reacção religiosa e eclesiástica que, na prática, põe em causa as mudanças iniciadas, as quais teriam em certos casos — deve dizer-se — um sentido extremista, que espelhava o sentido “regalista” da lei de separação do Estado das Igrejas, de Abril de 1911.

5. A autonomia das universidades, que constituía uma das bandeiras dos republicanos, foi inicialmente concretizada com a eleição dos reitores. Mas, o jacobinismo republicano, de tipo centralista, levou também a que o Estado fosse retirando autonomia às universidades, escolhendo e nomeando os reitores da sua confiança.

6. Iniciou-se o fim da influência do processo convencionista (presente durante o Liberalismo) que extinguiu as universidades em França (só recuperadas no final do século XIX) e que tendia para a formação de escolas autónomas fora da lógica alegadamente “corporativa” e de “antigo regime” das universidades. Assim, reformou-se a Universidade de Coimbra, formaram-se duas novas universidades, em Lisboa e no Porto, assim como se há-de formar uma quarta, em 1930, a Universidade Técnica de Lisboa, constituída por algumas escolas autónomas, de natureza técnica, que se mantiveram separadas da Universidade de Lisboa, esta que, por oposição àquela, tomou depois o apelido (discutível e não oficial) de “Universidade Clássica”.

7. A Ditadura Militar e o Estado Novo, que puseram fim à Primeira República, terminaram com o que restava do espírito de liberdade científica e de autonomia das universidades, tomando em relação aos seus professores “mais rebeldes”, bem como a professores do ensino primário e secundário, medidas repressivas. Isso não invalidou que em 1932-33 um movimento como a “Renovação Democrática” fizesse uma campanha de crítica à Universidade e ao ensino existente, influenciado pelas teorias de Ortega y Gasset e pela concepção de “Universidade cultural”. O ensino, em geral, e a Universidade, em particular, serão, porém, controlados pelo regime autoritário e de “partido único”, destruindo as potencialidades que a Primeira República, pelo menos no seu início, manifestava.

8. As ideias republicanas de “Instrução Pública” e de “Educação” não desapareceram, porém, continuando a ser debatidas por intelectuais e pedagogos, geralmente da oposição ao Estado Novo ou que dele se afastavam. Foram de novo ensaiadas depois do 25 de Abril de 1974. Mas as medidas renovadoras e inovadoras de escola nem sempre foram postas em prática, contrariando até as novas disposições constitucionais. As práticas neo-liberais foram responsáveis, em boa parte, por esse afastamento dos ideais e das utopias do liberalismo (como cultura), da república (como *res publica*) e da democracia, sobretudo da democracia social.